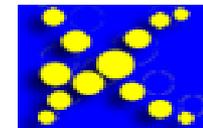
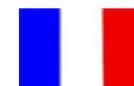




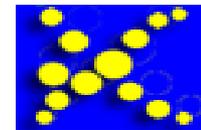
REUNIÃO FINAL



REVISÃO ANUAL - 2014 - ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS DO APOIO PROGRAMÁTICO

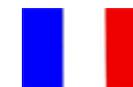


MAPUTO, 16 DE MAIO DE 2014



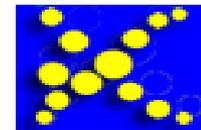
REVISÃO ANUAL 2014

BREVE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS "AIDE MEMOIRE" SOBRE O DESEMPENHO DO GOVERNO E OS PAPs



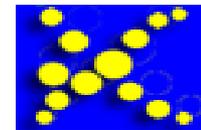
MAPUTO, 16 DE MAIO DE 2014





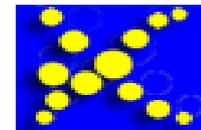
ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO

- I. Objectivos Revisão Anual;
- II. Datas-Chave do Processo;
- III. Fluxo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento – 2013;
- IV. Avaliação do Desempenho de 2013;
 1. Governo
 2. PAPs
- V. Assuntos de Atenção Especial para 2014;
- VI. Conclusão.



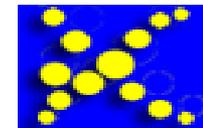
REVISÃO ANUAL – OBJECTIVOS

- ▶ Obter uma visão geral do desempenho do GdM e dos PAPs relativo ao ano 2013;
 - ▶ Avaliar o desempenho dos indicadores dos QADs
 - ▶ Reflectir sobre como as políticas e acções têm contribuído para atingir as metas.
 - ▶ Avaliar o progresso sobre os estudos identificados em 2012;
 - ▶ Avaliar os Assuntos de Atenção Especial saídos da RA 2013;
- ▶ Identificar Assuntos de Atenção Especial para 2014;
- ▶ Avaliar a implementação do MdE e propor recomendações para o seu continuo aprimoramento.

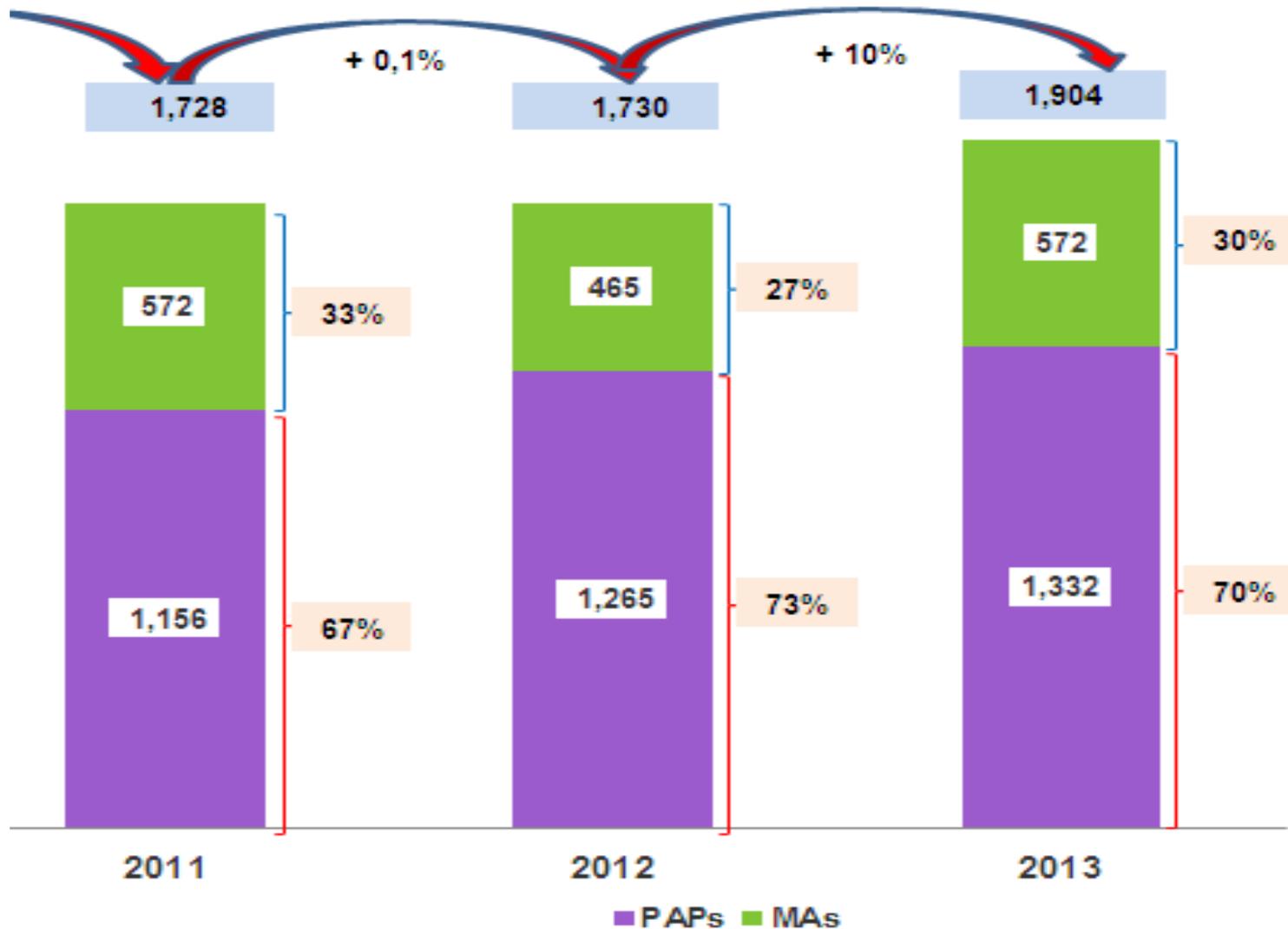


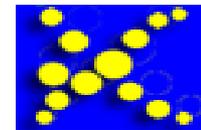
DATAS CHAVES DO PROCESSO DA REVISÃO ANUAL

- **17/03** - LANÇAMENTO DO PROCESSO DA REVISÃO ANUAL
 - **28/03** - SESSÃO DO OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO;
-
- **17/04** - PAFCoG: APRESENTAÇÃO DA AVALIAÇÕES PRELIMINARES (PAPs + GdM);
 - **30/04** - SUBMISSÃO DAS AVALIAÇÕES FINAIS DOS PAPs E DO GdM
 - **15/05** - DIÁLOGO POLÍTICO;
 - **16/05** - REUNIÃO FINAL;
-
- **13/06** - CERIMÓNIA DOS COMPROMISSOS ORÇAMENTAIS PARA 2015.



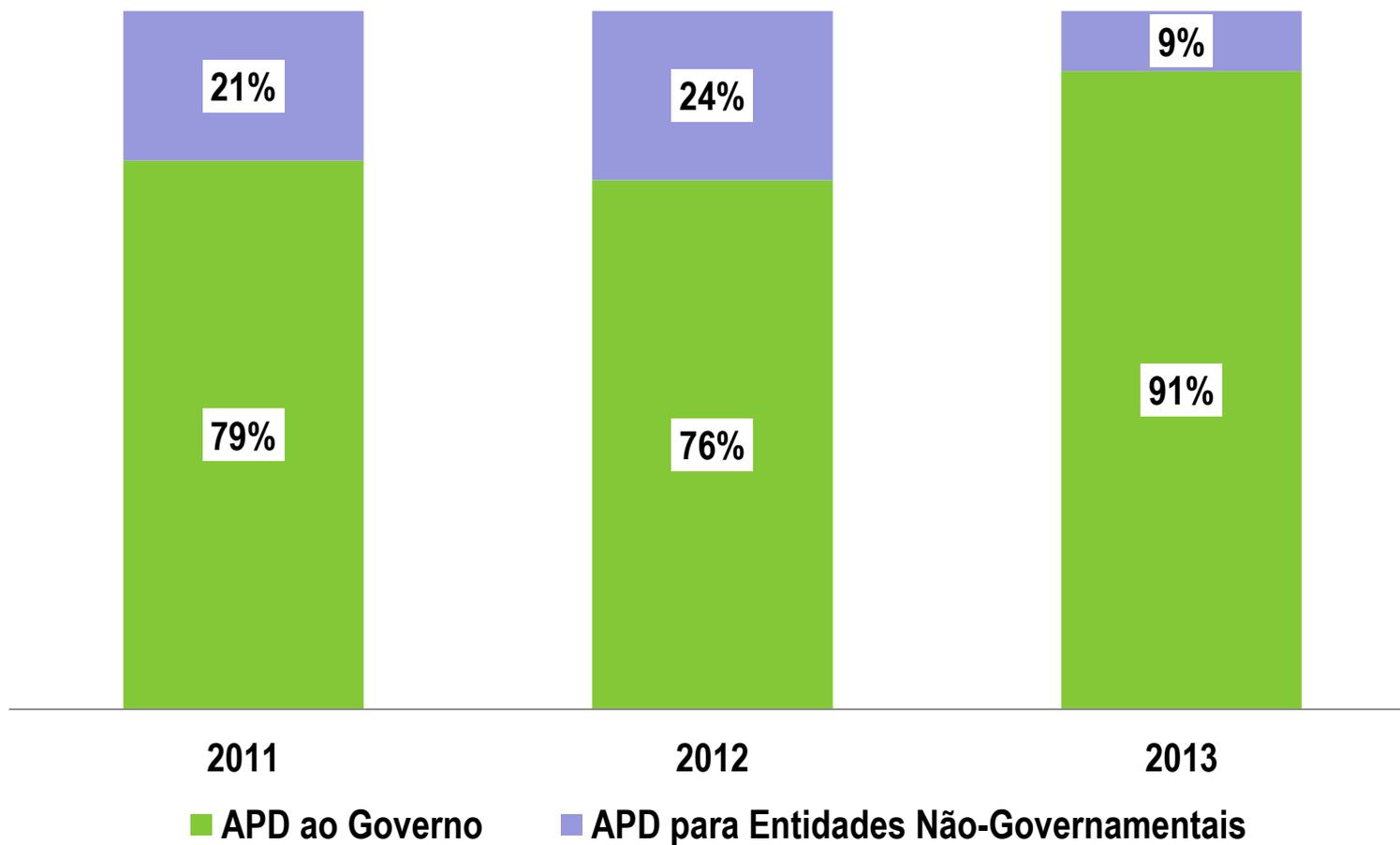
FLUXO DA APD EM 2013 (I): VOLUME TOTAL DA AJUDA DESEMBOLSADA AO PAIS (10⁶ USD): AGO+FCs+Projectos+Programas

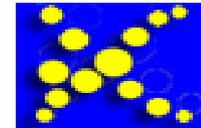




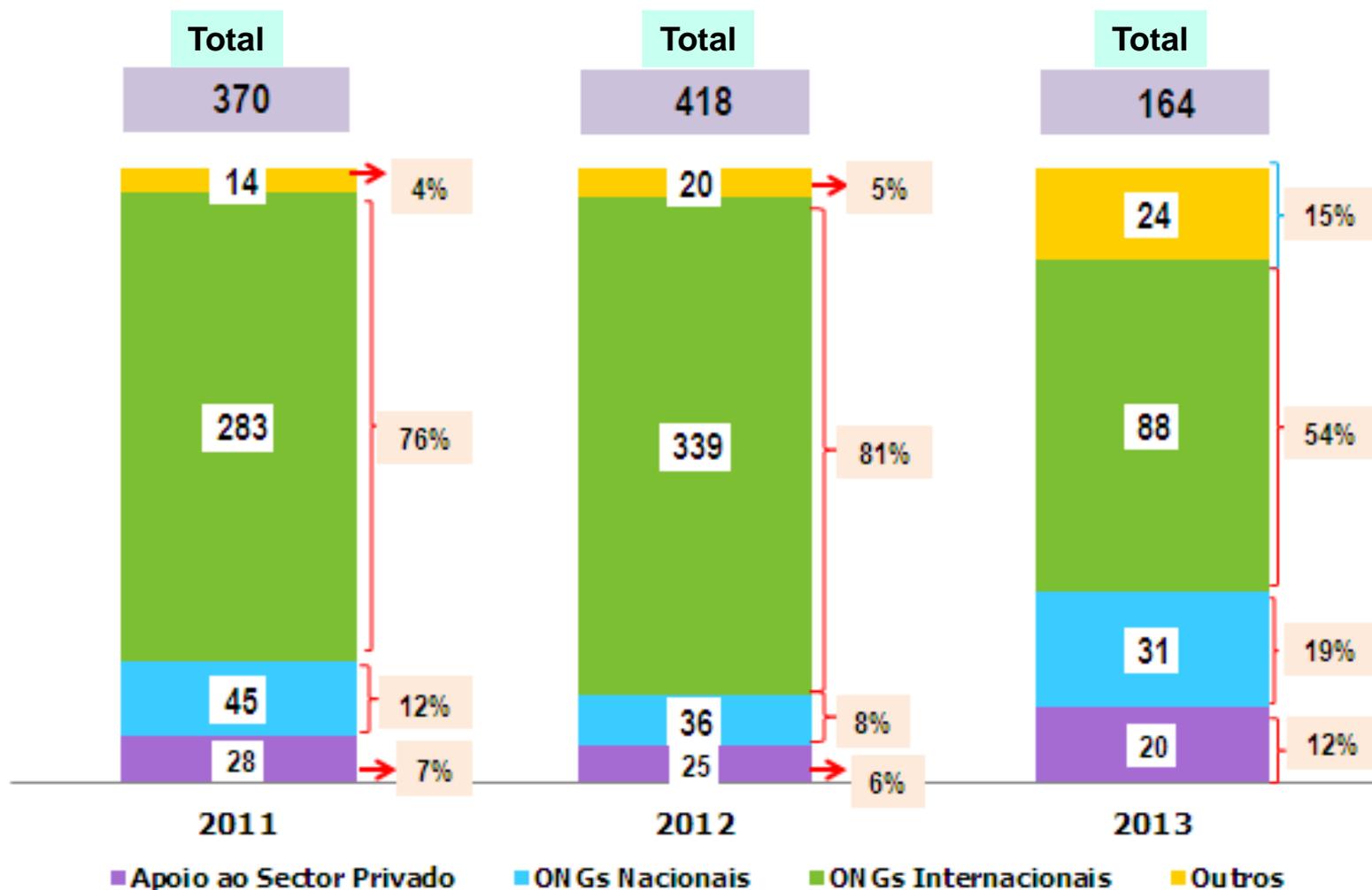
FLUXO DA APD EM 2013 (II): PROPORÇÃO DA APD AO GOVERNO E AS ENTIDADES NÃO-GOV.

DO TOTAL DE **1.9 MIL MILHÕES** DE USD DA AJUDA TOTAL :





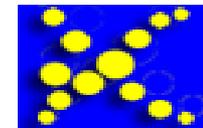
FLUXO DA APD EM 2013 (III): DESAGREGAÇÃO DA AJUDA DESEMBOLSADA A ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS (10⁶ USD)



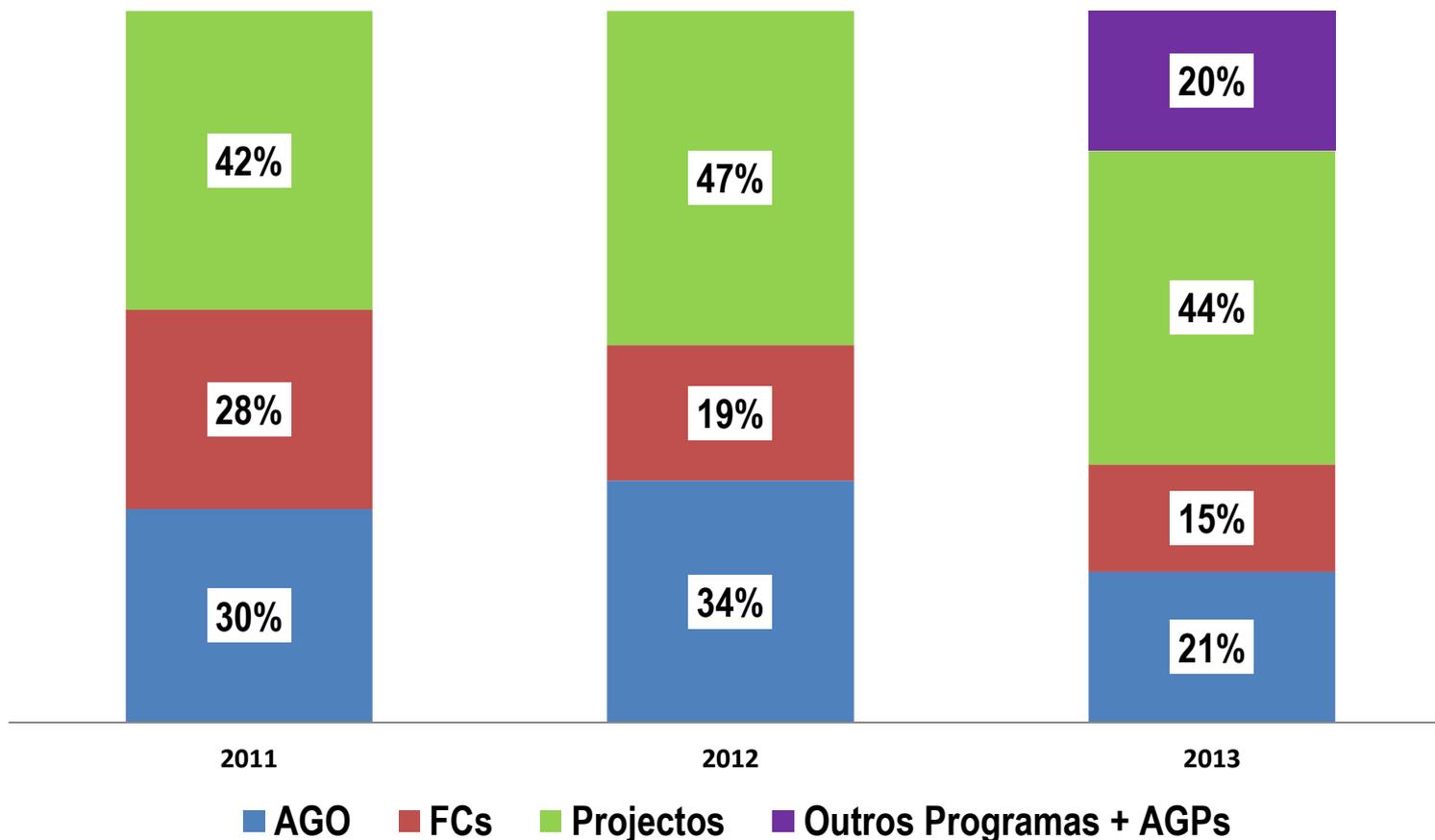
*Outros: Instituições Académicas, Entidades de Consultorias,...



FLUXO DA APD EM 2013 (IV): DESAGREGAÇÃO POR MODALIDADE DA AJUDA DESEMBOLSADA AO GOVERNO (PAPs+MAS)



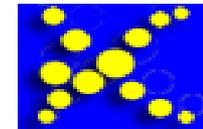
DO TOTAL DE **1.3 MIL MILHÕES** DE USD DA AJUDA AO GOVERNO:



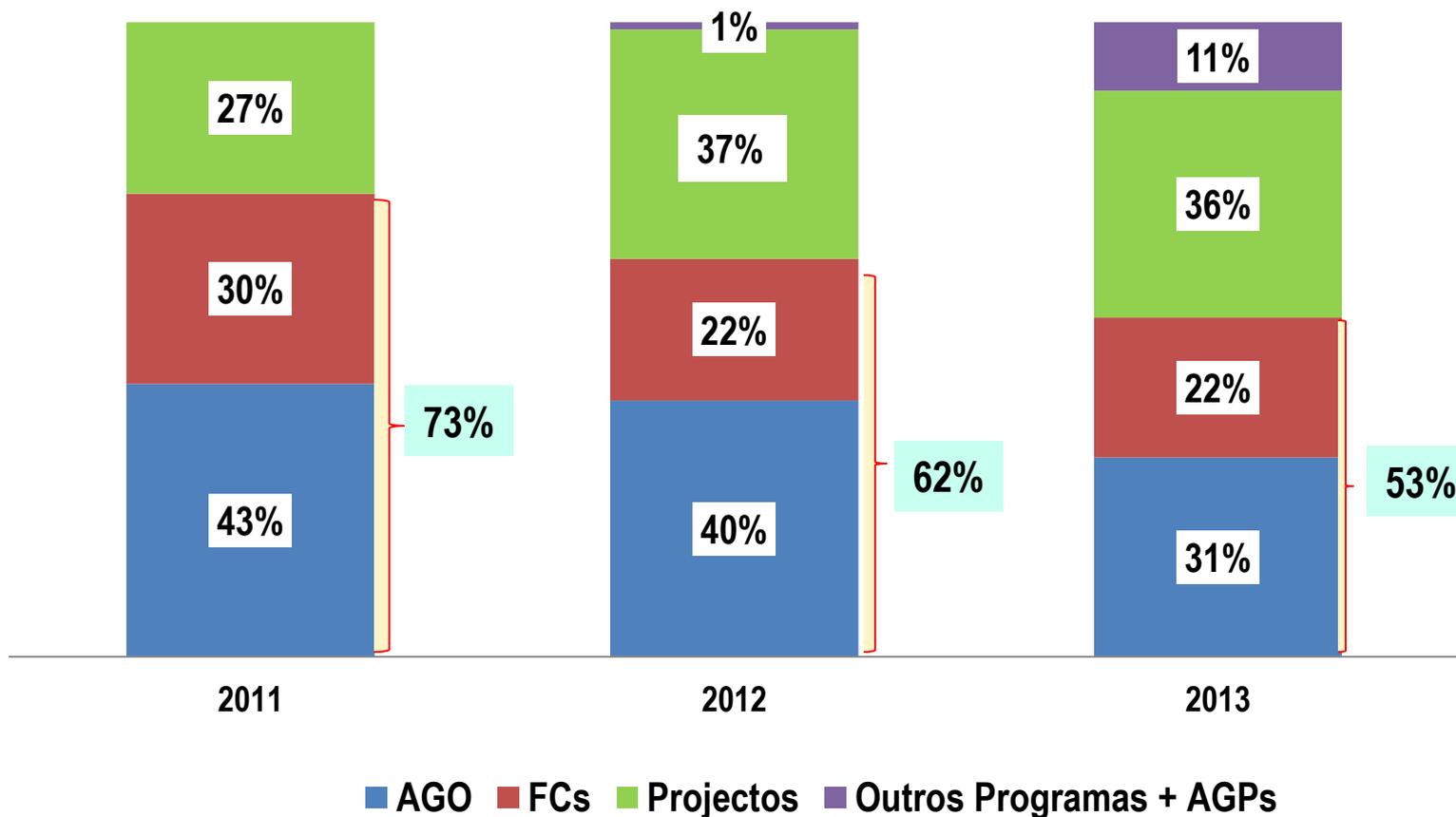
“OUTROS PROGRAMAS” - Financiamentos para programas específicos do Governo desembolsados através da CUT, que no geral aplicam os demais sistemas nacionais mas não são vinculados ao AGO ou a qualquer Fundo Comum estabelecido.

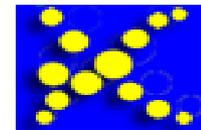


FLUXO DA APD EM 2013 (V): DESAGREGAÇÃO POR MODALIDADE DA AJUDA DESEMBOLSADA AO GOVERNO (PAPs)

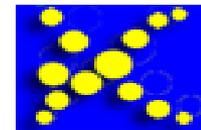


DO TOTAL DE **1.2 MIL MILHÕES** DE USD DA AJUDA DOS PAPs AO GOVERNO:





AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO GOVERNO EM 2013



OBJECTIVO 1: PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÁRIA E PESQUEIRA (I)

Metas (6)

- 5 atingidas, 1 com progresso.

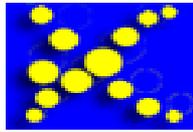
SATISFÁTORIO

Progressos

- Lançado o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA);
- Introduzidos novos instrumentos regulatórios para produção de sementes e fertilizantes e reforçada a capacidade de inspecção;
- Reabilitados 5.805 ha de regadio (meta 4.800 ha);
- Delimitadas 226 comunidades (meta 55) e emitidos 181 certificações comunitárias (meta 55) no quadro da redução do potencial de conflitos de terra;
- Prosseguido o programa nacional de fortificação de sementes;
- Melhorada a qualidade de dados estatísticos agrários.



OBJECTIVO 1: PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÁRIA E PESQUEIRA (II)

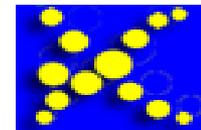


Desafios

- Reduzir o rácio extensionista/camponeses (actualmente um extensionista apoia mais de 500 camponeses num raio acima dos 5km recomendados);
- Reforçar a dotação do investimento público para infra-estruturas de apoio ao Sector agrário;
- Clarificar o papel e a contribuição do sector privado no quadro do PNISA.



OBJECTIVO 2: PROMOÇÃO DO EMPREGO (I)



Metas (2)

- 1 atingida; 1 não atingida.

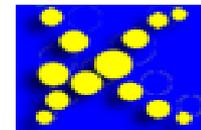
MISTO

Progressos

- Subida de três posições (de 142 para 139), no Ranking *Doing Business 2014*, como resultado do prosseguimento da implementação de reformas de políticas atinentes à melhoria do ambiente de negócios e atracção de investimentos onde se destacam as aprovações:
 1. Da Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN II 2013 - 17);
 2. Do Decreto-Lei de Insolvência e Recuperação do Empresário Comercial;
 3. Do Formulário Único para Abertura de Empresas e Início de Actividade;
 4. Dos Regulamentos do Licenciamento da Actividade Comercial e da Industrial;
 5. Do Regulamento de Estágios Pré-profissionais no âmbito da Lei de Trabalho.
- Licenciados cerca de 15 mil empresas no regime simplificado;
- Concluída a elaboração do pacote legislativo sobre a reforma do sistema formação técnico profissional.



OBJECTIVO 2: PROMOÇÃO DO EMPREGO (II)

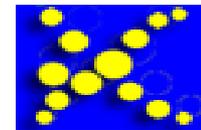


Desafios

- Criar incubadoras empresariais e expandir os Centros de Orientação ao Empresário;
- Estabelecer um sistema flexível de monitoria e avaliação dos instrumentos de promoção de emprego e empregabilidade utilizados pelo Governo, através do IPEME, INEFP;
- Contribuir com medidas tendentes a redução do custo do crédito bancário, promovendo o acesso das MPMEs ao financiamento.



OBJECTIVO 3: DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL (I)



SATISFÁTORIO

Metas (10)

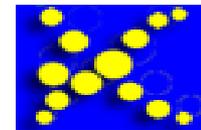
- 7 atingidas, 1 não atingida com progresso e 2 não atingida.

Progressos

- Assegurada a cobertura dos partos institucionais em cerca de 69% (**meta: 65%**);
- Introduzida a nova vacina PCV10 contra o Pneumococo no Programa Alargado de Vacinação;
- Alcançada taxa líquida 77% de escolarização aos 6 anos na 1ª classe;
- Concluída a primeira avaliação nacional sobre competências de leitura para crianças de 3ª classe;
- Alcançada a taxa 39% da população com acesso a Energia;
- Assegurado o acesso a água potável através de 23 mil fontes operacionais nas zonas rurais (**meta: 19 mil**);
- Reforçado o volume de alocações orçamentais ao Sector da Acção Social permitindo o aumento da cobertura geográfica dos programas de Segurança Social Básica e a actualização dos valores das transferências para os beneficiários;



OBJECTIVO 3: DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL (II)

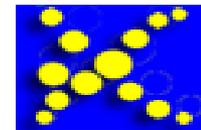


Desafios

- Continuar a aprimorar o processo das campanhas de pulverização intradomiciliária;
- Melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos no ensino Primário;
- Melhorar a Gestão e sustentabilidade das infra-estruturas de água e Saneamento quer ao nível das Cidades como ao nível dos Distritos.



PILAR DE APOIO: BOA GOVERNAÇÃO (I)



INSATISFÁTORIO

Metas (6)

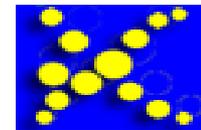
- 2 atingidas , 2 não atingidas com progresso e 2 não atingida.

Progressos

- Realizadas Eleições Autárquicas.
- Alargada a instalação dos BAUs para todas as capitais provinciais e 5 Distritos;
- Aprovado o Decreto que transforma os serviços distritais em unidades gestoras e beneficiárias do OE;
- Aprovada a resolução que aprova o protocolo opcional à Convenção Contra a Tortura;
- Aprovado o Decreto-Lei que estabelece o Regime Jurídico da Insolvência;
- Incrementada a afectação de recursos bem como a respectiva execução na área da Governação com particular destaque para o sector da justiça;
- Alcançada uma cobertura nacional do SMoDD com o lançamento do respectivo aplicativo on-line;
- Realizado o estudo sobre diagnóstico da transferência de funções e competências para os órgãos autárquicos;



PILAR DE APOIO: BOA GOVERNAÇÃO (II)

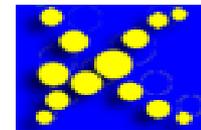


Desafios

- Acelerar a operacionalização da Política e Estratégia de Descentralização com enfoque para a identificação do conjunto de serviços a ser ou passíveis de ser descentralizados (para as Autarquias) e desconcentrados (para os Órgãos locais do Estado);
- Melhorar os rácios entre os processos tramitados e as acusações e julgamentos;
- Instalar um sistema de gestão municipal integrado e de implementar com mais vigor o ordenamento de gestão territorial;
- Prosseguir com a implementação efectiva do pacote Anticorrupção e das leis existentes incluindo o enfoque ao nível dos sectores;
- Aprofundar e aperfeiçoar os mecanismos de diálogo sobre matérias relacionadas com a anticorrupção;
- Reforçar a implementação da declaração de bens.



PILAR DE APOIO: MACROECONOMIA E GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS (I)



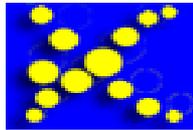
Metas (9)

- 5 atingidas, 4 não atingida com progresso.

SATISFATÓRIO

Progressos

- Alcançada a taxa de crescimento do PIB de 7%;
- Registados avanços na consolidação das reformas no sistema de GFP, destacando-se:
 - (i) a expansão da abrangência do e-Folha para mais 787 Instituições (57 UGBs), permitindo que 59% do total da despesa orçamental fosse executada e paga pela Via Directa;
 - (ii) o alcance da meta de 95% relativa ao pagamento por Via Directa dos salários de funcionários e agentes do Estado nos Ministérios dentro do e-SISTAFE;
- Aprovado o Regulamento da Lei das Empresas Públicas;
- Implementada no e-SISTAFE a aplicação informática do "*Regime Jurídico e Modalidades de Contratação Pública*";
- Produzido o Relatório Nacional de Desempenho dos 128 distritos na base do Sistema de Monitoria de Desenvolvimento Distrital (SMoDD)



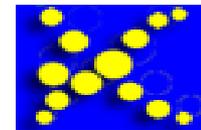
PILAR DE APOIO: MACROECONOMIA E GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS (II)

Desafios

- Continuar a reforçar dos Sistemas Nacionais de Monitoria e Avaliação das Políticas Públicas com enfoque para a monitoria do PARP;
- Prosseguir com as acções de reforma na área tributária e aduaneira com vista a incrementar e diversificar os níveis de captação de receitas;
- Definir carreiras na área de gestão de finanças públicas com perfis adequados para a área de contratações públicas.



PILAR DE APOIO: MACROECONOMIA E GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS (III)

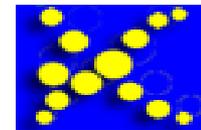


FMI

- Ao longo do processo da RA, o País recebeu 1 missão do FMI, enquadrada nas consultas regulares ao abrigo do Instrumento de Apoio a Políticas (PSI - *Policy Support Instrument*) aprovado em Junho de 2013.

Esta Missão:

1. Apreciou positivamente a implementação do Programa de Moçambique;
2. Constatou que o desempenho económico de Moçambique continua robusto;
3. Constatou que a inflação continua controlada;
4. Saudou os esforços envidados pelo Governo para manter controlado o crescimento da base monetária;
5. Alertou para os riscos relacionados com a pressão inflacionária dos países vizinhos (especialmente na África do Sul) e um orçamento expansionista.



ASSUNTOS TRANSVERSAIS (I)

Progressos:

NÃO AVALIADO

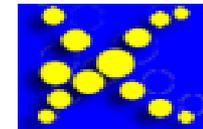
- Aumentado o número de Unidades Sanitárias que fornecem o tratamento anti-retroviral de 316 em 2012 para 563 em 2013 contribuindo para um incremento da cobertura nacional TARV que subiu de 44% para 68%;
- Incluída a componente de emergência nos orçamentos das Direcções Provinciais de Educação e Cultura através do projecto de resiliência “Escolas Seguras”.

Desafios:

- Reforçar a capacidade de resiliência das infra-estruturas face aos impactos dos desastres naturais.



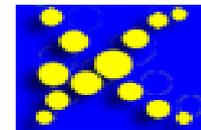
AVALIAÇÃO GLOBAL DO QAD 2013



Das 33 metas Avaliadas:

- 20 atingidas.
- 8 registaram progresso.
- 5 não atingidas.

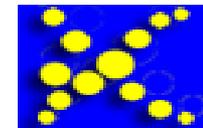
	2012		2013	
	Nr. de Metas	%	Nr. de Metas	%
ATINGIDO	17	48%	20	61%
PROGRESSOS	8	23%	8	24%
NÃO ATINGIDO	8	23%	5	15%
Sem dados	2	6%	0	0%
	35	100%	33	100%



AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PAPs EM 2013



1. COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO



INSATISFÁTÓRIO

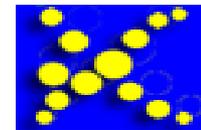
Objectivos	N.º	INDICADORES	Meta 2013	Real 2013
Indicadores exclusivos para Apoio Geral ao Orçamento	1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de AOD desembolsado ao Governo.	43%	31%
	2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	70%	31%
	3	Percentagem dos PAPs com programas multianuais não inferiores a 3 anos.	87%	63%
	4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	100%	81%
Composição do Portfólio	5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsado ao Governo.	72%	53%

Metas (5)

- Nenhuma meta atingida.

Desafios

- Assegurar que seja incrementada a proporção do Apoio Programático sobre o total da ajuda ao GdM;
- Garantir que os desembolsos do AGO sejam efectuados de acordo com o calendário de desembolsos (estabelecido no ano n-1).



2. PREVISIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA

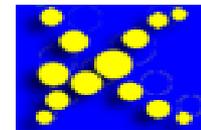
Metas (9)

SATISFÁTORIO

- 4 atingidas, 3 progresso e 2 não atingidas.

Progressos

- Contido dentro de limites de razoabilidade (abaixo de 8%), o desvio entre o valor total de Apoio Programático comprometido em Maio de 2012 e o montante efectivamente desembolsado ao longo do exercício 2013;
- Cumprido o calendário do anúncio de compromissos (4 semanas após a Revisão Anual) por uma proporção maior de Parceiros (de 68% dos PAPs em 2012 para 72% em 2013);
- Melhorada a qualidade das previsões financeiras reportadas pelos PAPs tanto para a base de dados ODAMOZ assim como para o Orçamento.



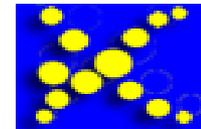
2. PREVISIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA

Desafios

- Aprimorar a previsibilidade dos compromissos e desembolsos para o Apoio Geral ao Orçamento e para os Fundos Comuns (assegurar que os compromissos são feitos dentro do prazo e que todos os valores comprometidos sejam desembolsados na integra);
- Redobrar os esforços para uma maior fiabilidade dos dados inscritos na base de dados ODAMOZ tanto para compromissos como para Desembolsos;
- Reforçar a harmonização, por forma a garantir que todos os PAPs disponibilizem conforme calendarizado os dados para as respectivas avaliações, por forma a conferir à equipa de Avaliação um intervalo de tempo para a elaboração do Relatório da Avaliação com maior qualidade.



3. HARMONIZAÇÃO E ALINHAMENTO



INSATISFÁTÓRIO

Metas (9)

- 2 com Progresso, 7 não atingidas

Progresso

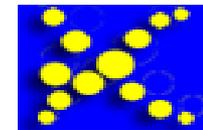
- Incrementada de 75% em 2012 para 88% em 2013 a proporção da ajuda em projectos e FCs, para os quais não houve imposição de isenções fiscais;
- Reduzido em 50 unidades o número de Missões que escalaram o País (de 158 em 2012 para 108 em 2013). Por outro lado o rácio de Desembolsos ao País por Missão realizada subiu de cerca de 7 milhões de USD para pouco menos de 11 milhões de US\$.

Desafios

- Revigorar o enfoque no uso dos sistemas nacionais de Gestão de Finanças Públicas;
- Reduzir ainda mais o número de missões ao País bem como o número de Unidades Paralelas de Implementação de Projectos.



AVALIAÇÃO GLOBAL DO QAD 2013



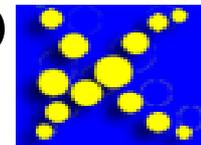
Das 23 metas Avaliadas:

- 4 atingidas.
- 5 registaram progresso.
- 14 não atingidas.

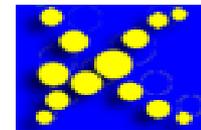
	2012		2013	
	Nr. de Metas	%	Nr. de Metas	%
ATINGIDO	1	4%	4	17%
PROGRESSOS	0	0%	5	22%
NÃO ATINGIDO	22	96%	14	61%
	23	100%	33	100%



DESEMPENHO INDIVIDUAL NO QAD CLASSIFICAÇÃO FINAL



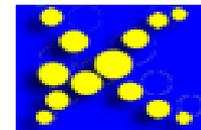
Critério de Classificação	Classificação Por Escala de Desempenho	Parceiros	2013		2012	
			Número de Parceiros	% por Categoria de Classificação	Número de Parceiros	% por Categoria de Classificação
MUITO BOM ≥ 70%	MUITO BOM	Irlanda	5	24%	2	10%
	MUITO BOM	Áustria				
	MUITO BOM	Dinamarca				
	MUITO BOM	DFID				
	MUITO BOM	Suíça				
MÉDIO ALTO < 70% e ≥60%	MÉDIO ALTO	Finlândia	3	14%	3	14%
	MÉDIO ALTO	Canada				
	MÉDIO ALTO	Itália				
MÉDIO <60% e ≥50%	MÉDIO	<i>União Europeia</i>	3	14%	3	14%
	MÉDIO	Suécia				
	MÉDIO	Países Baixos				
MÉDIO BAIXO <50% e ≥30%	MÉDIO BAIXO	França	9	43%	10	48%
	MÉDIO BAIXO	BAD				
	MÉDIO BAIXO	Banco Mundial				
	MÉDIO BAIXO	<i>Bélgica</i>				
	MÉDIO BAIXO	Alemanha				
	MÉDIO BAIXO	Noruega				
	MÉDIO BAIXO	Portugal				
	MÉDIO BAIXO	Espanha				
MÉDIO BAIXO	<i>Nações Unidas</i>					
FRACO (< 30)	BAIXO	Estados Unidos	1	5%	3	14%
TOTAL			21	100%	21	100%



ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL PARA 2014



ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL (I)

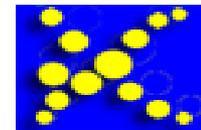


CONJUNTOS :

- Aprimorar o foco estratégico dos indicadores do novo QAD do Governo com o objectivo de tornar o QAD mais estratégico e focalizado nas áreas de diálogo no quadro do Apoio Geral ao Orçamento (AGO), com vista a demonstrar melhoria, relevância e a eficácia desta modalidade de ajuda;
- Aprimorar o foco estratégico dos indicadores do novo QAD dos PAPs com o objectivo de melhorar a sua relevância e a eficácia;
- O envolvimento dos PAPs nas reflexões em torno do futuro do PARP.



ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL (II)

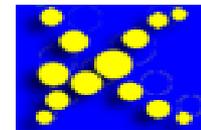


GOVERNO:

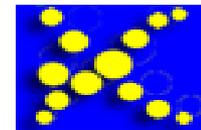
- Transparência Fiscal e Gestão dos Investimentos;
- Combate à Corrupção;
- Crescimento Inclusivo: Criação de emprego, e oportunidades para pequenas e médias empresas e na agricultura de pequena escala.

PARCEIROS:

- Regularidade e qualidade da informação reportada à **Base de Dados ODAMOZ**;
- Aprimoramento da **previsibilidade dos compromissos e desembolsos** Apoio Geral ao Orçamento bem como compromissos dos Fundos Comuns.



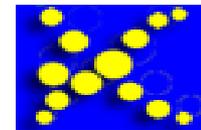
CONCLUSÃO



CONCLUSÃO

No geral face ao desempenho registado a RA concluiu que:

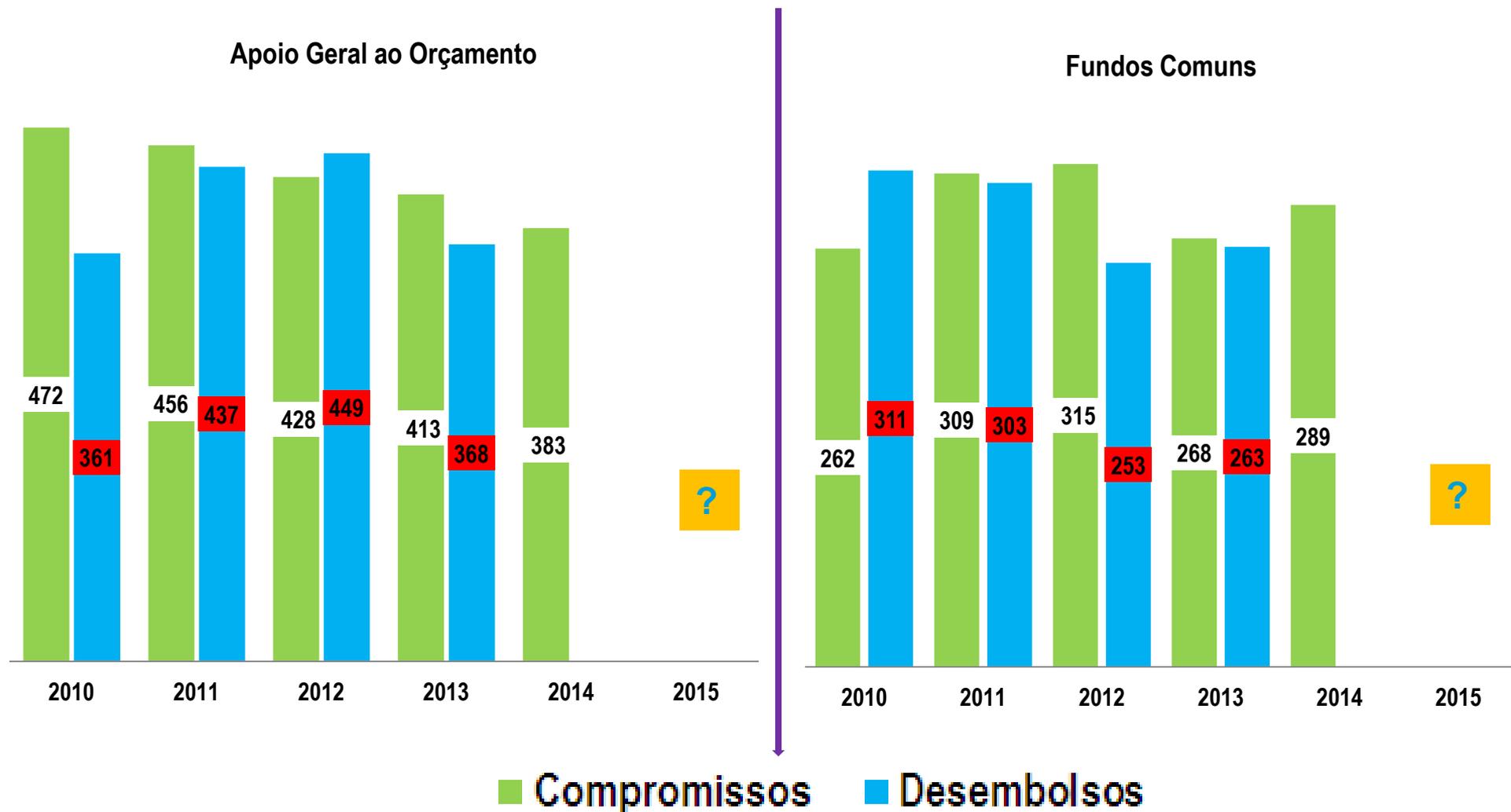
Existe uma base para continuar com a concessão do AGO em 2015.

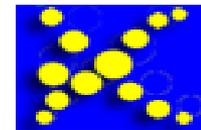


PAPs 2013 : COMPROMISSOS vs DESEMBOLSOS - AGO E FCs (10⁶ USD)

Apoio Geral ao Orçamento

Fundos Comuns





REUNIÃO FINAL

REVISÃO ANUAL – 2014 – ENTRE O GOVERNO E OS PARCEIROS DO APOIO PROGRAMÁTICO

OBRIGADO!



MAPUTO, 16 DE MAIO DE 2014

